

Psicologia e teoria das representações sociais  
**“Que gente é essa?”: um estudo das representações sociais da  
carrocinha para os oficiais de controle animal do Recife (PE)**

João Alves do Nascimento Júnior  
Zeidi de Araújo Trindade  
Daniel Henrique Pereira Espíndula  
Célia Regina Rangel Nascimento

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NASCIMENTO JÚNIOR, J.A., TRINDADE, Z.A., ESPÍNDULA, D.H.P., and NASCIMENTO, C.R.R. “Que gente é essa?”: um estudo das representações sociais da carrocinha para os oficiais de controle animal do Recife (PE). In: SANTIAGO, A.M.S., and FONSÊCA, A.L.B., comp. *Psicologia e suas interfaces: estudos interdisciplinares* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 275-299. ISBN 978-85-232-2007-5. <https://doi.org/10.7476/9788523220075.0012>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# “Que gente é essa?”: um estudo das representações sociais da carrocinha para os oficiais de controle animal do Recife (PE)

*João Alves do Nascimento Júnior, Zeidi de Araújo Trindade, Daniel Henrique Pereira Espíndula, Célia Regina Rangel Nascimento*

*“A carrocinha pegou três cachorros de uma vez...  
Trala lá, que gente é essa?  
Trala lá, que gente má!”<sup>1</sup>*

## Introdução

Estudos demonstram que, na década de 1990, em torno de 30% dos domicílios no Recife-PE possuíam cães e 20%, gatos. É muito provável que o desenvolvimento econômico e a aceleração da urbanização tenham ampliado consideravelmente esse percentual nos dias atuais. A convivência estreita entre homens e animais no espaço urbano, associada a outros fatores culturais, sociais e econômicos, tem conferido uma importância cada vez maior às chamadas zoonoses urbanas.

---

<sup>1</sup> Cantiga de roda — domínio público.

Zoonoses são definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como enfermidades compartilhadas, naturalmente, entre animais vertebrados e a espécie humana. Mais da metade dos microrganismos patogênicos conhecidos que infectam os seres humanos têm um animal vertebrado como reservatório. São, portanto, agentes etiológicos de zoonoses, como é o caso da temida raiva, que ainda hoje mata no Brasil, e da leishmaniose visceral, marcadamente presente no estado de Pernambuco.

A presença de cães e gatos nas ruas tem sido responsável por outros problemas advindos dessa convivência: acidentes automobilísticos, alguns fatais, e ainda por um número importante de agressões por mordeduras, que, além de se constituírem em agravo à saúde humana, demandam somas consideráveis de recursos destinados ao setor saúde. Só nos Estados Unidos, contam-se mais de um milhão de mordeduras caninas ao ano, das quais em torno de 750 mil são consideradas graves, gerando uma despesa anual de mais de US\$ 200 milhões. No Brasil, foram registradas, no ano 2000, pelo menos 234 mil tratamentos pós-agressão por animais, número que se elevou para 440 mil atendimentos em 2009, dos quais 84% tiveram cães como responsáveis pelas agressões, e 11% creditadas aos gatos.

Considerando a importância das zoonoses, e em especial a raiva e as agressões por animais, e baseados nas orientações da OMS, o Ministério da Saúde instituiu, em 1973, o Programa Nacional de Controle da Raiva Urbana, o que demandou a implantação, em todo o país, de unidades de saúde especializadas denominadas Centros de Controle de Zoonoses (CCZ).

Por CCZ, entende-se a base operacional municipal e do Distrito Federal responsável pela execução da vigilância e controle ambiental, através do manejo e controle das populações animais, visando a profilaxia das zoonoses e doenças transmitidas por vetores, além dos agravos e incômodos causados por eles. No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, existem 240 CCZs em funcionamento, dos quais 35% estão na região Nordeste. O estado de Pernambuco é contem-

plado com sete dessas unidades, sendo três situadas na região metropolitana do Recife, duas na região do agreste e duas no sertão do estado.

No Recife, o CCZ, além de todas as funções que lhe são cabíveis, também incorporara outras ações de vigilância de fatores de risco ambientais, como contaminantes da água de consumo e acidentes naturais, e por essa razão é denominado Centro de Vigilância Ambiental (CVA). Embora existam diferenças de nomenclatura, de conjunturas e de complexidade, uma atividade comum a todas essas unidades espalhadas pelo país, e em várias partes do mundo, é a captura e/ou remoção de animais errantes, ou seja, sem proprietários, portadores de zoonoses ou que representem riscos à saúde humana.

A captura e remoção dos cães em via pública ou nos domicílios são efetuadas por veículos adaptados a essa função e nacionalmente conhecidos como “carrocinha”. Os funcionários responsáveis por essa função eram conhecidos por “laçadores”, em função do instrumento mais comumente utilizado para captura dos animais em movimento nas ruas: o laço de couro.

No entanto, visando à humanização dos serviços de controle de populações animais e de zoonoses, o CVA, em parceria com as organizações não governamentais (ONGs) de proteção animal, o Instituto Técnico de Educação e Controle Animal (Itec) e a World Society for the Protection of Animals (WSPA), realizou, em 2008, o Curso de Formação de Oficiais de Controle Animal (Foca), e, desde então, estes passaram a ser denominados Oficiais de Controle Animal (OCA). Pretendeu-se com o curso dotar o oficial de capacidade de avaliar o comportamento e bem estar desses animais, realizar um manejo menos violento, além de atuar como educador comunitário.

A “carrocinha” é entendida pelos órgãos de saúde como um instrumento de prevenção e proteção da saúde coletiva, no entanto, mesmo com todos os cuidados quanto à humanização dos procedimentos, tal atividade encontra-se no centro de um dilema ético: a defesa da vida humana implica num ato de violência contra a vida

de animais. Tal dilema afeta particularmente os profissionais envolvidos na atividade, ou seja, médicos veterinários e “laçadores”, ou oficiais. É de se esperar que tal atividade traga a quem a exerce um permanente estado de sofrimento psicológico.

A Resolução 1000/2012 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) determina que a eutanásia dos animais, quando necessária, seja realizada exclusivamente por médicos veterinários ou sob sua supervisão. Contudo, no CVA, assim como em todos os CCZs, os oficiais de controle animal atuam como auxiliares nessa tarefa, contendo os animais, removendo-os, e dando a destinação final aos cadáveres. Ou seja, esses trabalhadores também estão presentes e participam da atividade de eutanásia ou sacrifício dos animais apreendidos.

A mesma Resolução 1000/2012 do CFMV prevê, para os médicos veterinários que executam essa atividade de forma rotineira, como nos casos dos CCZs, o rodízio de profissionais, com o objetivo de minimizar os efeitos do estresse que tal atividade impõe. No entanto, nenhuma legislação existe normatizando medidas de proteção aos “laçadores” ou oficiais que também participam desse procedimento.

Muito se fala em bem estar animal, muitas ONGs se ocupam em defender os animais e denunciar maus tratos a estes, no entanto, pouco se discute a respeito do bem estar dos trabalhadores envolvidos nas atividades de controle de zoonoses.

Como esses trabalhadores entendem sua própria profissão? De onde vêm as informações que baseiam esse conceito comum? Que sentimentos compartilham? O que a “carrocinha” e a lida com os animais significam para si? E, principalmente, de que forma esse “senso comum” a respeito de sua profissão e de seu instrumento de trabalho influencia, ou mesmo determina, o comportamento coletivo desses profissionais?

Apoiado na Teoria das Representações Sociais (TRS), estruturada por Sèerge Moscovici e na metodologia da análise de conteúdo descrita por Bardin, este estudo pretendeu compreender as representações

sociais dos oficiais de controle animal a respeito de seu fazer profissional. Pretende-se assim apoiar o repensar e o planejar das ações de controle de zoonoses com um olhar também para o trabalhador.

## Representações sociais

Por representações sociais, entende-se uma forma de conhecimento de senso comum, compartilhado e construído socialmente por sujeitos ativos a cerca de um objeto relevante a estes. Tais representações referem-se à conjuntura social, cultural e histórica dos sujeitos que a elaboram, e, conseqüentemente, são dinâmicas e mutáveis. Compartilhar teorias de senso comum a respeito de determinados objetos, segundo Santos (2005), garante a comunicação entre as pessoas e fornece um norte para a definição de seus comportamentos, condutas e julgamentos.

Jodelet (2001, p. 22) afirma que representação social “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Tal conceito considera, portanto, que indivíduos envolvidos em uma prática comum, como é o caso dos profissionais que labutam na “carrocinha”, procurem significá-la, explicá-la para si mesmo e para as pessoas de seu convívio, refletindo em sua forma de agir e pensar. Tal reflexão, no entanto, não se trata de uma simples opinião, mas de uma representação construída a partir de experiências pessoais e coletivas, informações advindas de diferentes fontes, valores morais e até mesmo de suas emoções.

Dois processos são essenciais na construção de representações sociais. São eles: a objetivação e a ancoragem.

A objetivação é o processo de tornar concreto o que é abstrato, e é realizado a partir de três movimentos:

- 1) a seleção e descontextualização, na qual os sujeitos retiram do objeto algumas informações a partir de seus conhecimentos e experiências anteriores, valores culturais, religiosos, tradições etc;

- 2) a formação de um núcleo figurativo, ou seja, a formação de um modelo figurativo a partir da transformação do objeto; e
- 3) a naturalização dos elementos, isto é, a incorporação do objeto transformado à realidade social. Enfim, na objetivação um conceito, um conhecimento ganha materialidade e incorpora-se à realidade como algo natural.

Quanto ao processo de ancoragem, Ordaz e Vala (1997) entendem-no como o movimento de tornar familiar algo até então “não familiar”, também como as formas ou mecanismos como as representações sociais assim construídas tornam-se socialmente funcionais. As aceleradas transformações sociais, culturais, ambientais, éticas e morais apresentam-se, muitas vezes, como algo novo, incômodo e ameaçador para certos grupos humanos. Tal desconforto leva à busca de classificar tais “novidades” dentre as categorias já conhecidas, tornando familiar aquilo que é estranho. O processo de ancoragem implica na atribuição de sentido ao objeto desconhecido, a partir de conhecimentos e valores culturais preexistentes: na instrumentalização desse saber, ou seja, na atribuição de uma função na compreensão do mundo social, e no enraizamento no sistema de pensamento, isto é, a retirada do objeto representado da condição de anonimato original.

## O estudo

A pesquisa foi realizada no CVA da Secretaria Municipal de Saúde do Recife. O CVA é uma unidade de saúde responsável por apoiar as ações de vigilância ambiental em saúde no Recife, capital de Pernambuco.

Com uma população de 1.537.704 habitantes, segundo o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o Recife caracteriza-se por marcantes desigualdades sociais e ambientais. Até o final da década de 1990, a raiva ainda fazia vítimas humanas na cidade e, até o ano de 2004, esta ainda era uma enfermidade endêmica na população canina do município. (RECIFE, 2012)

O CVA situa-se no bairro de Peixinhos, zona norte da cidade, na fronteira com o município de Olinda. A unidade foi estabelecida em parte das instalações do antigo Matadouro Público de Peixinhos, na década de 1970. Quando de sua instalação, o bairro possuía ainda características semelhantes à zona rural, no entanto, com a urbanização desordenada da cidade, atualmente é uma das áreas de grande densidade populacional e de muito baixa condição de vida.

Dentre as atribuições do Centro, encontram-se as atividades de recolhimento de animais abandonados, suspeitos ou confirmadamente portadores de zoonoses ou doenças incuráveis.

Os participantes da pesquisa foram todos os 20 funcionários do CVA que atuam diretamente na captura, remoção e manutenção dos animais recolhidos na unidade de saúde, denominados oficiais.

Com o objetivo de colher as impressões e informações dos oficiais, foi elaborado um protocolo de entrevistas semiestruturado, contendo questões de identificação dos entrevistados, que permitiram traçar um perfil socioeconômico e cultural deles, e questões totalmente abertas sobre suas experiências, conhecimentos e sentimentos sobre o seu trabalho na “carrocinha”, a relação com a população e com os animais. O protocolo de entrevistas utilizado como instrumento de coleta de dados permitiu total liberdade de expressão aos entrevistados sobre os temas solicitados. As entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho dos entrevistados, individualmente. As respostas foram gravadas e depois transcritas na íntegra.

O pesquisador responsável por este estudo foi, no período de 2000 a 2006, gestor do CVA. A maioria dos atuais funcionários já atuava no órgão nesse período. Considerou-se, portanto, a possibilidade desse vínculo entre entrevistador e entrevistados influenciar em suas respostas. Sendo assim, com o objetivo de contornar esse viés, as entrevistas foram realizadas por duas profissionais da comunicação social sem conexões anteriores com o grupo, devidamente treinadas.

Todos os participantes assinaram um termo de livre consentimento de participação na pesquisa e foram esclarecidos de suas fi-



nalidades e de que poderiam recusar-se a qualquer momento. Cumprindo-se assim as exigências éticas, previstas quando da aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, segundo a resolução 466/2012.

O conteúdo das entrevistas foi avaliado utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, descrita por Bardin (2010).

A análise de conteúdo, como ferramenta de pesquisa científica, utiliza procedimentos variados, de acordo com a situação e os objetivos pretendidos. No entanto, todos têm em comum a observação do rigor científico, o que a diferencia de análises intuitivas. Trata-se, portanto, de um conjunto de técnicas de investigação pautada na descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, com a finalidade de interpretá-las.

A análise de conteúdo, segundo Oliveira (2008), possibilita avaliar não apenas o que foi explicitamente verbalizado ou escrito, mas também o conteúdo implícito nas comunicações. É possível, portanto, identificar e analisar a influência da conjuntura política e econômica, aspectos relativos à moralidade vigente, a presença de termos e linguagens que identificam grupos sociais específicos, entre outros. Todos esses elementos permitem identificar as representações sociais do grupo comunicante sobre o objeto comunicado.

Dentre as diversas modalidades de análise de conteúdo propostas por Bardin (2010), utilizamos neste estudo a análise temática-categorial. A análise categorial considera a totalidade do texto na análise, passando-o por um crivo de classificação e de quantificação, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido. É um método que permite a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem.

O primeiro passo na análise foi a leitura minuciosa, e repetida exaustivamente, do conjunto das entrevistas, com o objetivo de tornar “familiar” o seu conteúdo. Essa intimidade com as informações permitiu identificar quatro objetos de análise contemplados nas respostas dos entrevistados. Quais sejam: “o seu trabalho”, “a carrocinha”, “o que as pessoas pensam sobre o trabalho deles” e a “a relação

com os animais abrigados no CVA”, salientando que, por carrocinha, entende-se o procedimento de captura, abrigo e posterior doação ou sacrifício dos animais errantes.

Para cada um dos objetos de análise foram identificadas categorias de análises. Oliveira (2008, p. 571) define esse processo de categorização como uma

[...] operação de classificação dos elementos participantes de um conjunto, iniciando pela diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento, segundo um conjunto de critérios. São rubricas ou classes que reúnem um conjunto de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado segundo os caracteres comuns destes elementos. Implica impor uma nova organização intencional às mensagens, distinta daquela do discurso original.

As categorias foram definidas para agrupar as diversas Unidades de Registro (UR), ou seja, frases que comunicavam aspectos ou sentimentos semelhantes. Na definição das categorias de análise, foram respeitados os critérios da homogeneidade de ideias, exaustividade, ou seja, foi considerado o conteúdo integral de cada entrevista, exclusividade, uma vez que um conteúdo classificado em uma categoria não figura em outra, objetividade e adequação aos propósitos da pesquisa.

As categorias que abrigaram mais de 50% das respostas foram classificadas como “predominantes”, enquanto as que continham menos de 50% das respostas, porém mais de 25%, foram classificadas como “intermediárias”. Aquelas que contiveram menos de 25% das respostas foram denominadas “periféricas”.

## Caracterização dos entrevistados

Participaram do estudo 20 funcionários do sexo masculino, todos ocupando o cargo de Oficial de Controle Animal no CVA. Entre os entrevistados, 55% encontram-se na faixa etária entre 31 e 40 anos, seguido daqueles entre 41 e 50 anos, que correspondem a 20% do total.

A renda familiar da maioria (95%) não ultrapassa três salários mínimos, sendo que 50% dos entrevistados recebiam até dois salários mínimos. Destes, 50% eram solteiros, seguidos dos casados, que representavam 45%.

Verificou-se que 65% dos Oficiais de Controle Animal chegaram a cursar o ensino médio, no entanto apenas 40% concluiu essa etapa, os demais tinham apenas o nível fundamental de ensino.

Metade dos entrevistados trabalhava no CVA há menos de dois anos e apenas 10% atuavam há mais de dez anos no órgão. Na época, 55% declararam não criar animais domésticos em casa.

### *Análise do conteúdo das entrevistas*

As respostas dos entrevistados foram agrupadas em quatro grandes unidades de sentido, quais sejam: “o que dizem sobre o próprio trabalho”, “o que dizem sobre a carrocinha” — entendendo-se por carrocinha as atividades de captura, remoção e destinação (doação ou sacrifício) —, “o que as pessoas dizem a respeito de seu trabalho” e “o que eles dizem a respeito da relação com os animais removidos para o CVA”.

A Tabela 1 descreve a distribuição das respostas dos Oficiais de Controle Animal que fazem referência ao seu trabalho, suas percepções e sentimentos.

Tabela 1 — Categorias e distribuição das respostas dos Oficiais de Controle Animal na unidade de sentido “o que dizem sobre o próprio trabalho”

	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO
Trabalhar na carrocinha foi uma necessidade, não uma opção		10	intermediária
Trabalhar na carrocinha traz satisfação pessoal		18	intermediária
Trabalhar na carrocinha traz sentimento de bem feitor da população		8	periférico
Insatisfação com o trabalho		3	periférico
	TOTAL	39	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

A maioria das respostas desse grupo, ou seja, 46, 16%, faz referência ao sentimento de satisfação pessoal que os oficiais têm em exercer essa atividade.

*“Eu tenho muito amor e carinho pelo que eu faço.”*

*“Meu sentimento é de satisfação pelo que faço. Tem tanta gente desempregada e eu tenho essa oportunidade e ainda é um trabalho que eu gosto de fazer.”*

*“A cada dia que passa eu gosto mais do que eu estou fazendo. É um sentimento que cresce dia após dia.”*

*“Satisfeito e orgulhoso.”*

Apesar de classificado como um tema periférico, 20,51% das respostas desse grupo expressou o sentimento de altruísmo, de estar prestando um serviço benéfico para a população de sua cidade, mesmo que ela não entenda dessa forma.

*“Me sinto útil porque estou ajudando a população.”*

*“É uma forma de contribuir com a população, prestando serviço para a comunidade.”*

No entanto, 25, 64% expressam que trabalhar na carrocinha não foi uma escolha pessoal, e sim uma oportunidade de emprego, isto é, a necessidade os levou a esse tipo de trabalho.

*“Foi a única oportunidade que eu tive.”*

*“Apareceu essa oportunidade aí eu aceitei. Não foi bem que eu escolhi não.”*

Do total de respostas que tiveram a relação com o trabalho como tema, 7,29% manifestaram sua insatisfação.

*“Eu não me sinto bem. Nessa área tem muita falsidade. É um querendo ser melhor do que o outro.”*

*“Precisa ter coragem nessa função. Tem uns animais muito agressivos que eu não gosto não, e tem que recolher de todo jeito.”*

As respostas que expressam a opinião, ou o sentimento, dos Oficiais de Controle Animal sobre a “carrocinha”, estão distribuídas na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Categorias e distribuição das respostas dos oficiais na unidade de sentido “o que dizem sobre a carrocinha”

CATEGORIA	FREQUÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO
Carrocinha como instrumento de proteção da saúde humana	13	intermediária
Percepção de que é o melhor para o animal	15	predominante
Total	28	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

As respostas que significam a carrocinha como uma medida que beneficia os animais, ou seja, um instrumento destinado principalmente ao bem estar dos cães e gatos recolhidos, somam 53,57% e foram classificadas como uma categoria predominante no conteúdo das mensagens dos oficiais.

*“[...] porque é para os animais pararem de sofrer. Tem uns que já ficam gemendo no canil de tanta dor, isso é para acabar com o sofrimento deles.”*

*“É importante para os animais que ficam ai nas ruas abandonados, trazem pra cá e tem a chance de serem adotados.”*

*“Com o passar do tempo eu fui vendo que aquilo, querendo ou não, era pro bem do animal. Porque na situação que ele está é melhor adiantar logo. Ele já tá sofrendo demais.”*

*“Sei que aquilo não é um ato de maldade. Não foi pelo mal do animal.”*

A carrocinha apresentada como um instrumento de prevenção e proteção da saúde dos seres humanos representou 46,43% das res-

postas sobre o tema e constituiu uma categoria classificada como intermediária.

*“A carrocinha ajuda a população, evitando que peguem raiva, peguem outras doenças transmitidas pelos gatos e cachorros. Também é importante para segurança das pessoas.”*

*“Ela é importante porque se não existisse ia ser uma doídice com um monte de bicho na rua levando doença pra população.”*

*“É importante demais porque recolhe os animais doentes que a população denuncia. Os animais agressivos que nem os donos conseguem pegar.”*

A Tabela 3 apresenta a distribuição das respostas dos entrevistados que tiveram como objeto “o que as pessoas falam da carrocinha”, ou seja, as respostas expressam o que os Oficiais de Controle Animal percebem acerca da opinião ou sentimentos da população a respeito do trabalho deles.

Tabela 3 — Categorias e distribuição das respostas dos oficiais na unidade de sentido “o que as pessoas falam sobre a carrocinha”

	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO
	Rejeição	20	predominante
	Preocupação com a opinião pública	8	periférico
	Aceitação por parte das pessoas	5	periférico
	TOTAL	33	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

O sentimento predominante, expresso em 60,61% das respostas desse grupo, é o de rejeição por parte da população da cidade, ou seja, os oficiais percebem que a sua função é mal vista pela comunidade.

*“Eu passo na rua ai meus amigos gritam: lá vai o matador de cachorro.”*

*“[...] dizem ‘mata não rapaz, deixa o outro viver em paz’.”*

*“Dizem que eu sou assassino.”*

*“Me chamaram de carniceiro.”*

*“O que pensar de ruim já disseram com a gente.”*

*“Dizem: ‘lá vai o cachorro atrás de outro cachorro’. Acham engraçado o que eu faço.”*

*“Já ouvi várias piadinhas: ‘vai fazer os cachorros virarem sabão’, deixa o bichinho, rapaz.”*

Cerca de 24,24% das respostas desse grupo demonstram a preocupação dos oficiais acerca da opinião pública, especialmente dos familiares e amigos.

*“[Explico] De uma forma que não choque.”*

*“Digo que sou tratador de animais e não entro em muitos detalhes.”*

*“Eu digo que recolho animais, mas que não faço a eutanásia, porque eu sou contra.”*

No entanto, 15,15% das respostas sobre a percepção das outras pessoas sobre o trabalho deles afirmam que a população aceita o serviço e até elogiam.

*“[...] hoje em dia dão até os parabéns pra gente na rua.”*

*“[...] tanto que é o povo mesmo que liga pra cá solicitando que a carrocinha saia pra ir buscar.”*

*“Dizem que é um trabalho muito bom, que ganha bem. Às vezes, me perguntam se tem vaga. Eles também queriam fazer o que eu faço.”*

O quarto grupo de respostas, cuja distribuição é descrita na Tabela 4, refere-se à unidade de sentido “o que falam de sua relação com os animais apreendidos”. Essas respostas exprimem sen-

timentos, preocupações e teorizações dos oficiais a respeito de seu objeto de trabalho, os cães e gatos.

Tabela 4 – Categorias e distribuição das respostas dos oficiais na unidade de sentido “o que falam de sua relação com os animais apreendidos”

	Categoria	FREQUÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO
	Percepções sobre o sofrimento dos animais	19	intermediária
	Tristeza, pena	18	intermediária
	Sentimento de apego aos animais	12	periférica
	Culpabilização da população sobre o descuido com os animais	5	periférica
	TOTAL	54	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

As respostas mais frequentes desse grupo, que correspondem a 35,19%, expressam que os Oficiais de Controle Animal percebem manifestações de sofrimento nos animais durante os procedimentos que executam.

*“Só tem umas coisas difíceis que é de ver os animais sofrendo.”*

*“O animal fica mais acuado, estranho, ou então fica muito mais brabo. Ele esperneia. Por essa reação deles, é que eu noto que ele tá sofrendo de está passando por aquilo ali.”*

*“Eles ficam mais agitados. Dá pra perceber que eles estão sofrendo pelo gesto diferente do normal. Eles fazem uns sons diferentes, olham diferente.”*

*“Todos nós que trabalhamos com bicho percebemos. [...] Na hora que passa o laço ou na hora que aplica a injeção eles chega soltam lágrimas. Você vê o rosto de tristeza.”*

*“Eles ficam tristes, sentem falta da liberdade deles.”*



*“Na espera pela eutanásia, eu noto o sofrimento maior porque eles sentem falta da antiga vida deles. Dos proprietários deles, os que vivem na rua sentem falta da liberdade, ai eles já ficam triste. Não sei se é sofrendo porque vai ser sacrificado ou se é pelas mudanças. Mas que noto (sofrimento), eu noto.”*

Até como resposta à percepção do sofrimento dos animais, um número considerável das respostas desse grupo, 33,33%, faz referência ao sentimento de compaixão e pena dos animais apreendidos.

*“Eu sinto pena. Não tem como não sentir.”*

*“Fico muito triste porque mesmo doente, é uma vida que tá indo embora.”*

*“O coração fica angustiado, mas tô aqui pra isso também.”*

*“São dois sentimentos. Tristeza, porque eu adoro animais e alívio porque eles não vão mais sofrer.”*

Algumas respostas desse grupo, 9,26%, portanto uma categoria periférica, culpabilizam os antigos proprietários e a população por esse sofrimento dos animais.

*“Eu não sinto nada. Quem tinha que sentir era o dono, que deixou o animal chegar naquela condição.”*

*“É muita maldade que eles sofrem, que os donos dos animais deixam eles ficarem sofrendo assim.”*

*“Porque as pessoas que conseguem pensar maltratam os animais que não podem se defender e os animais que nem pensam, às vezes fazem coisas que nem um homem faz.”*

Outra categoria classificada como periférica nesse grupo, uma vez que representa 22,22% do total, refere-se ao sentimento de apego desenvolvido pelos oficiais aos animais apreendidos e que passam algum tempo no CVA.

*“É diferente de outras profissões porque tem as partes que mexe mais com a emoção da gente. Às vezes a gente se apega a alguns animais.”*

*“Bem porque pego mais amor aos animais, já que eu sempre gostei deles.”*

*“Tentamos fazer muita coisa para aquele animal ser adotado.”*

## Discussão

“Que gente é essa?”. Trabalhar na carrocinha, provavelmente, nunca foi o emprego dos sonhos de ninguém. De onde vêm então os chamados “homens da carrocinha”? As entrevistas dos Oficiais de Controle Animal do CVA do Recife deixam transparecer a casualidade da profissão. São homens simples, que encontraram no órgão a oportunidade de um emprego, ou que foram transferidos, alheios à sua vontade, de outra atividade no setor público.

O fato de não terem escolhido a atividade não implica, obrigatoriamente, em insatisfação. Pelo contrário, o conteúdo das entrevistas demonstra apreço e em alguns casos até orgulho pelo que fazem. Ter um emprego, uma fonte de renda honesta, quando tantos em seus ambientes de convivência não o possuem, já parece ser um motivo suficiente para essa satisfação, mas as respostas ainda apontam outras razões: “nenhuma captura é igual à outra”, ou seja, não existe rotina: ser um trabalho diferente da maioria dos empregos, o que lhe agrega um diferencial, e trabalhar em contato com animais são algumas das razões referidas como causa dessa satisfação.

No entanto, a razão mais citada, aquilo que nas respostas dos oficiais parece ser o principal motivo desse apreço pela profissão, é o sentimento de altruísmo, ou seja, a certeza de estarem sendo útil à própria comunidade, mesmo que, como eles próprios referenciam e que trataremos mais adiante, as pessoas nem sempre entendam dessa forma.

Esse senso comum, entre os oficiais, de que o seu trabalho é benéfico à população, parece estar ancorado nas informações recebidas de seus superiores hierárquicos, em sua maioria médicos veterinários. Ou seja, o conhecimento reificado, científico, chega até eles através da convivência com profissionais com maior formação acadêmica, dos treinamentos e capacitações, dos materiais educativos produzidos pela própria instituição e por outros meios, e são coletivamente incorporados a seu repertório de conhecimentos, ou seja, ganham significados e passam a justificar suas atitudes, seus julgamentos, suas respostas. Tal processo de construção do senso comum é o que Moscovici (2007) denomina de ancoragem. A necessidade de justificar socialmente a sua atividade profissional encontra-se na base desse processo de construção da representação de sua profissão como uma atividade benéfica, como uma prestação de serviço importante para a população.

No entanto, apesar da percepção de que trabalhar na carrocinha lhe confere um *status* de benfeitor da população, quando os oficiais teorizam sobre os objetivos dos procedimentos da carrocinha, o enfoque tende a ser mais zoocêntrico, ou seja, o conteúdo das respostas prende-se mais às consequências da atividade para os animais e menos para os humanos.

O objeto de trabalho diário dos oficiais é o animal apreendido. Os procedimentos de captura, remoção e sacrifício desses animais, que constituem a base do trabalho desses profissionais, trazem em si certa carga de violência. Quando as respostas dos entrevistados fazem referência à sua relação com os animais apreendidos, é, portanto, predominante (conferir Tabela 4) a categoria de respostas que atestam a percepção de sofrimento entre os animais, ou seja, os oficiais reconhecem que os procedimentos adotados provocam, em maior ou menor grau, dor, estresse e sofrimento, que são traduzidos por latidos, choro, gritos ou apatia e depressão. Em consequência dessa percepção, também é predominante a categoria de respostas que expressam o sentimento de compaixão, de pena do oficial em

relação aos animais sob seus cuidados. Algumas respostas, mesmo sendo uma categoria periférica, demonstram uma relação de apego, de afeição, aos animais sob seus cuidados, mesmo sendo essa uma relação de curta duração, um fenômeno semelhante ao referenciado por Porcher (2004), em seu estudo sobre as relações dos pecuaristas com os seus animais de abate.

As respostas dos oficiais explicitam o conflito ético que esses profissionais experimentam: estão entre a obrigação de defender a vida e a saúde das pessoas e o ato violento de cercear ou privar de vida os animais abandonados ou que representam risco à população. É de se esperar que o trabalho nessas condições trouxesse sofrimento e, mesmo que velado, sentimentos de culpa. Sendo assim, mais uma vez a necessidade de justificar, de explicar seu trabalho, sua conduta, é a motivação do processo de elaboração de uma representação social da carrocinha e de suas práticas sociais para essa categoria. E é também aceitável que o foco principal dessa representação seja o animal “violentado” e menos a população humana.

Observa-se, dessa forma, que é predominante nas respostas que mostram a preocupação em explicar o objetivo da carrocinha, Tabela 2, a percepção de que esta existe para minimizar o sofrimento dos animais em situação de risco, de protegê-los e até mesmo como uma possibilidade de salvação, tendo em vista que estes poderiam ser adotados. A carrocinha é, pois, representada pelos oficiais como um instrumento de proteção para os animais, ancorada na visão de que a presença desses animais abandonados nas ruas, mais que um risco para os seres humanos, é motivo de sofrimento e risco para os próprios animais.

Apesar de não ser uma visão predominante, as respostas dos oficiais também revelam a percepção da carrocinha como uma medida de proteção e prevenção da saúde humana, uma vez que, retirando os animais abandonados das ruas e da convivência com as pessoas, pretende-se minimizar riscos de transmissão de doenças, as zoonoses, acidentes e agressões. Essa é uma percepção também ancorada nas

informações traduzidas do universo reificado pela própria instituição e incorporado ao discurso dos oficiais justificando a representação de si próprios como benfeitor da comunidade.

A contradição entre a autoimagem dos oficiais, representada como um profissional dedicado ao bem estar das pessoas, e a heteroimagem, percebida por eles de si próprios, fica evidente quando o conteúdo das respostas referencia a percepção destes sobre o que a população fala e pensa deles e de seu trabalho.

É marcadamente predominante o sentimento de rejeição que eles percebem da comunidade em relação à carrocinha, e que se estende a eles, enquanto agentes operacionais desta. O Oficial de Controle Animal, que no imaginário da população continua sendo objetivado como o “homem da carrocinha”, é um profissional estigmatizado. O ato violento da captura e principalmente do sacrifício é condenado pela população e, nessa rejeição, objeto de trabalho e trabalhador se confundem, tornando o profissional o alvo do estigma, da má fama. Situações semelhantes foram estudadas por Portilho (2006) e Carvalho (2004), que analisaram o estigma sobre o gari e o “catador de lixo”, e também por Vasconcelos (2000), que estudou as relações de trabalho dos agentes penitenciários no Rio de Janeiro.

Na literatura, de forma especial a literatura infantil, nos filmes, nas músicas, a figura do trabalhador da carrocinha é quase sempre caricaturada como um indivíduo com feições raivosas, feias e com tendência ao ridículo. São bons exemplos dessa caracterização o clássico de Walt Disney *A dama e o vagabundo* e a cantiga de roda cujo texto ilustra o título deste estudo: “A carrocinha pegou três cachorros de uma vez. Que gente é essa? Que gente má”.

Nas entrevistas, os oficiais referem-se a situações de agressões verbais e até mesmo físicas, sofridas, com muita frequência, no exercício diário de sua atividade, bem como os comentários e piadas de

que são alvo, até mesmo das pessoas que lhes são mais próximas, familiares e amigos.

Ancorado por todos esses fatos e elementos mencionados, os oficiais representam a si próprios como um trabalhador injustamente rejeitado, estigmatizado e perseguido. Para eles, a comunidade a quem servem os objetiva como o “homem mau da carrocinha”, aquele que “mata cachorros pra fazer sabão”, “o carnicheiro”.

Mesmo sendo uma categoria de respostas classificada como periférica, está presente nas entrevistas dos oficiais a preocupação com a opinião pública, ou seja, alguns relatos deixam transparecer a necessidade de justificar as atividades que realizam, talvez na tentativa de minimizar o impacto das avaliações negativas que sofrem da comunidade. Outra categoria de resposta, também periférica, faz referência, com visível satisfação, sobre a aprovação de parte da população ao trabalho desenvolvido pela carrocinha. Podemos entender que ambas as categorias só confirmam que o estigma é causa de sofrimento para a classe.

## Considerações finais

O estudo nos leva a concluir que os oficiais do CVA do Recife constroem algumas representações sociais, aparentemente contraditórias, sobre o seu trabalho, seus objetos e objetivos e acerca de sua imagem pública:

- 1) Eles se representam como profissionais benfeitores da população, ou seja, prestadores de um serviço importante e essencial para a comunidade;
- 2) A “carrocinha”, isto é, o serviço de apreensão, remoção e sacrifício dos animais em situação de abandono ou que representam risco à saúde das pessoas é representado como uma medida de promoção e proteção do bem estar desses animais, ou seja, entendem a carrocinha muito mais como uma fer-

ramenta que abrevia ou alivia o sofrimento dos animais, que mesmo a sua função de proteção da saúde humana;

- 3) Os oficiais têm clareza do sofrimento imposto aos animais por essas medidas, e por essa razão sofrem também;
- 4) E, finalmente, os oficiais entendem-se como uma categoria estigmatizada, rejeitada pela comunidade em função de seus métodos de trabalho. Essa é a representação social que induz mais fortemente sua conduta, seus julgamentos e preocupações.

Diante desse mosaico complexo, entendemos que a teoria das representações sociais constitui uma ferramenta importante para conhecer a gênese do senso comum da categoria sobre seu trabalho e sua relação com as pessoas e os animais, perceber a influência deste nas práticas diárias dos oficiais, nos seus julgamentos e sentimentos.

O estudo aponta também a necessidade urgente de cuidados para com a saúde mental e bem estar desses trabalhadores que vivem permanentemente em situação de conflito: entre o dever e o sentimento, entre a vida humana e a vida animal, entre a aceitação e a rejeição da comunidade, enfim, um complexo conflito ético e moral com consequências importantes para a sua saúde.

## Referências

ACHA, P. N., SZYFRES, B. *Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales*. 2<sup>nd</sup> ed. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 1986.

SOUZA, M. F. A. Controle de populações caninas: considerações técnicas e éticas. *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, ano 6, v. 8, p. 115-134, jan./jun, 2001.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 2010.

BRASIL. Conselho Federal De Medicina Veterinária. Resolução nº 1000, 11 de maio de 2012. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. Manual de Legislação. Brasília, DF, 2012.

Disponível em <[http://www.cfmv.org.br/portal/legislacao\\_resolucoes.php](http://www.cfmv.org.br/portal/legislacao_resolucoes.php)>. Acessado em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Diretrizes para projetos físicos de unidades de controle de zoonoses e fatores biológicos de risco. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Situação epidemiológica das zoonoses de interesse para a saúde pública. *Boletim Eletrônico Epidemiológico*, Ano 10, n. 2, p. 1-16, 2010.

CARVALHO, E. *Representações sociais e práticas cotidianas de trabalhadores e trabalhadoras do lixo: a experiência do centro comunitário Santa Terezinha*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

CIAMPO, L. A. D. et al. Acidentes com animais domésticos na infância e adolescência. *Revista de Pediatria*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 319-324, 2000.

DANTAS-TORRES, F.; BRANDÃO FILHO, S. P. Expansão geográfica da leishmaniose visceral no Estado de Pernambuco. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 39, n. 4, p. 352-356, 2006.

(A) DAMA e o Vagabundo. *Youtube*. 2012 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=mtjFTuJPAvM>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

ESPÍNDULA, D. H. P. TRINDADE, Z. A. SANTOS, M. F. S. Representações e práticas educativas de mães referentes a filhos atendidos pelo conselho tutelar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 137-147, jan./mar, 2009.

GOMES, A. M. T. OLIVEIRA, D. C. A auto e heteroimagem profissional do enfermeiro em saúde pública: um estudo de representações sociais. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, v. 13, n. 6, p. 1011-1018, 2005.

GUIAS para el manejo de la poblacion canina. Geneva: WSPA, 1990.

GUIMARÃES, M. J. B. *Mortalidade infantil e condição de vida: uma análise da desigualdade espacial no Recife*. 1998. 310 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno Infantil) — Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, Recife, 1998.

HERZLICH, C. A Problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. *PHYSIS: revista saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 57-70, 2005. Suplemento.

HUR, D. U.; OLIVEIRA, I. C.; KODA, M. Y. Sofrimento Psíquico em uma instituição pública: entre o cuidado e a violência. *Vínculo: revista do NESME*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 1-99, 2008.



- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- LAGES, S. L. S. *Avaliação da população de cães e gatos com proprietário, e do nível de conhecimento sobre a raiva e posse responsável em duas áreas contrastantes da cidade de Jaboticabal, São Paulo*. 2009. 76 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária) — Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, SP, 2009.
- LIMA JÚNIOR, A. D. Caracterização da população canina para o controle da raiva e outros problemas de saúde pública. *Ciência Veterinária nos Trópicos*. Recife, v. 2, n. 1, p. 65–78, 1999.
- MOLENTO, C. F. M. Bem estar animal: qual é a novidade? *Acta Scientiae Veterinariae*, v. 35, n. 2, p. 224–226, 2007. Suplemento.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2007
- NOCITI, D. L. P., NOCITI, R. P., VALERIANO, S. P. Levantamento e identificação dos aspectos epidemiológicos da raiva canina no município de Cuiabá — MT. *Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science*, São Paulo, v. 48, n. 6, p. 478–485, 2011.
- OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático–categorial: uma proposta de sistematização. *Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569–576, 2008.
- ORDAZ, O.; VALA, J. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. *Análise Social*, Lisboa, v. 23, p. 143–144, 1997.
- PERACHO, V. et al. De laperrera municipal al centro de acogida de animales de compañía de Barcelona. *GacSanit*, Barcelona, v. 17, n. 6, p. 515–519, 2003.
- PORCHER, J. “Você liga demais para os sentimentos” “Bem estar animal”, repressão da afetividade, sofrimento dos pecuaristas. *Revista Produção*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 35–44, set.dez. 2004.
- PORTILHO, F. Representações sociais de profissionais do lixo: para além de estigmas, repulsas e tabus. *Revista Saúde e Direitos Humanos*, Brasília, DF, ano 3, n. 3, p. 135–148, 2006
- PFUETZENREITER, M. R., ZYLBERSZTAJN, A., AVILA-PIRES, F. D. Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 34, n. 5, p. 1661–1668, set./out. 2004.

PRACA, K. B. D.; NOVAES, H. G. V. A representação social do trabalho do psicólogo. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 32–47, 2004.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Plano municipal de saúde 2010–2013. Recife, [201–]. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/5916.pdf>>. Acesso em: 3 junho 2012.

RECIFE. Secretaria de Saúde. *Plano Municipal de Saúde — 2002/2005*. Recife, 2002.

RUBIO, F. D. Teoria de las representacionessocialesapuntes. *Nomadas– revista crítica de ciencias sociales y jurídicas*, Madrid, n. 3, p. 1– 12, enero/junio. 2001.

SÁ, C. P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S., Almeida, L. M. *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife: Editora da UFPE, 2005. p. 13–38.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Curso de formação de oficiais de controle animal: nova perspectiva nos serviços de controle de zoonoses do Estado de São Paulo. Informe Técnico Institucional. *Revista Saúde Pública*, v. 43, n. 3, p. 558–560, 2009.

SHIMOZAKO, H. J. *Otimização da técnica de captura– recaptura fotográfica para estimação da população canina livre em vias públicas*. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) — Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VASCONELOS, A. S. F. *A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) — Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz Fundação, Rio de Janeiro, 2000.